

2ª quinzena de dezembro de 2002

AD VÉRSo

Jornal da Adufrgs

nº 112

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO Nº 0334/01
ECT / DR / RS
ADUFRGS
ACF CIDADE BAIXA



ADUFRGS

Os desafios da nova diretoria

A chapa 2 foi eleita para ocupar a direção da Adufrgs nos próximos dois anos, num ambiente novo para o sindicalismo brasileiro. Com o governo de Lula, começa um período de negociações em um patamar diferente de toda a história entre trabalhadores e governo.

Peças importantes na construção do novo país que se espera a partir do 1º de janeiro, os docentes terão pela frente uma agenda cheia de desafios.

Páginas 6 e 7



Reprodução "Mãos da natureza oferecendo a água" / Rivera

O papel da universidade no novo governo

O ano se inicia com muitas promessas, como fome zero, fim do desemprego e melhores condições de vida. Para isto se anunciam dois grandes projetos: reforma da previdência e reforma tributária. As duas atingem em cheio os professores universitários situados na chamada classe média. O governo FHC sangrou os bolsos desta classe na promessa de resolver o problema dos chamados pobres ou miseráveis e, ao final de quatro anos, o resultado foi o aumento do número de pobres e a concentração de renda. Esperamos que o novo governo corrija este problema, tanto com a reforma da previdência quanto com a tributária, de onerar os que ganham mais nos últimos oito anos. Que não chame a classe média a contribuir de novo, deixando os ricos numa boa. Nestas propostas deveremos estar atentos para a questão previdenciária e para aquilo que chamam de privilégios. Muitos destes foram tirados ao longo dos anos, primeiro dos trabalhadores da iniciativa privada e agora dos servidores públicos. Gostaríamos de saber quando atacarão os verdadeiros privilégios deste País.

No governo do Estado, estamos com uma perspectiva pior, na medida em que temos um governo que anuncia rancores. O que demonstra que o

governo do Estado, longe de resolver problemas do serviço público, atacou interesses há muito incrustados no poder. O novo governo deverá mostrar o quanto é verdadeira a palavra de acabar com o ódio e trazer a paz.

Diante de um panorama destes resta à universidade o papel de preparar-nos para os anos que virão. Certamente o de 2003 ainda será uma continuidade do governo FHC, devido à herança deixada no orçamento já aprovado, com muitas amarras, o que impede o governo petista de implementar a sua política. E para os anos seguintes esperamos que o panorama se altere para melhor.

A universidade não pode perder o papel que teve para o País nas últimas décadas, de produtora de conhecimento e tecnologia, principalmente as públicas. Esta talvez seja a luta mais dura a ser enfrentada no governo dos trabalhadores, de convencê-los que a universidade pública tem um papel a cumprir e a opção entre uma nação livre e soberana passa pela universidade onde as três áreas se articulam: ensino, pesquisa e extensão. Que nos próximos anos possamos com a nossa luta colocar a universidade pública ocupando o lugar que ela teve no passado, produtora de saber e conhecimento.

OBSERVATÓRIO

Certificação florestal

O Greenpeace lançou em dezembro um relatório sobre os sistemas de certificação florestal existentes no Brasil: o FSC (Conselho de Manejo Florestal) e o Cerflor (Programa de Certificação de Manejo Florestal). O documento, encaminhado à senadora Marina Silva, futura ministra do Meio Ambiente, faz críticas ao Cerflor, lançado em julho de 2002 com ampla participação de empresas reflorestadoras e o apoio do governo Fernando Henrique Cardoso. Para o Greenpeace, o sistema brasileiro Cerflor não possui credibilidade para atestar o manejo sustentável praticado na extração madeireira. Desenvolvido pelo governo federal através de um convênio entre a Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com a colaboração do Inmetro, o certificado possui uma pequena participação de entidades ambientalistas e de movimentos sociais e uma predominância de representantes de empresas, instituições de pesquisa e governo. O Greenpeace afirma que os padrões do Cerflor não incluem a questão social, como o FSC, adotado internacionalmente pelas entidades ambientalistas desde 1993. O FSC é uma ong com os primeiros sistemas de certificação florestal com reconhecimento mundial.

Canadá assina o protocolo de Kioto

O primeiro-ministro do Canadá Jean Chrétien, contrariando a política estadunidense, ratificou neste final de ano o Protocolo de Kioto, o acordo internacional que visa a redução da emissão dos gases que causam o efeito estufa. Os Estados Unidos, responsáveis por mais de 33% das emissões do planeta, recusam-se a ratificar o acordo. O presidente George W. Bush sequer aceita negociar sua adoção, sob a alegação de que seria prejudicial à economia norte-americana. O Canadá é um dos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos e a ratificação canadense representa o enfraquecimento da liderança norte-americana na questão ambiental.

Identificação de partidos

Dez vereadores e suplentes da Câmara Municipal de São Leopoldo perderam seus mandatos em razão de um esquema de propina para eleger o presidente da mesa em 2000. O pagamento de propina aos vereadores foi registrado em

vídeo por um assessor. O mais intrigante, porém, foi a cobertura realizada pela imprensa. A divulgação do resultado do julgamento ganhou as manchetes dos principais jornais gaúchos. O jornal Zero Hora dedicou duas páginas ao julgamento, identificando os 12 políticos envolvidos no escândalo e seus respectivos partidos, com uma exceção. Os políticos que pertenciam ao PMDB foram identificados como "sem partido". O jornal Correio do Povo, principal concorrente de ZH no Estado, também elegeu o assunto como destaque, mas identificou todos os partidos envolvidos no caso: PMDB, PFL, PTB, PL e PSB.

Originais da nona sinfonia

A Biblioteca do Estado de Berlim divulgou em dezembro que a partitura original da nona sinfonia do compositor alemão Ludwig von Beethoven (1770-1827) foi inscrita como patrimônio mundial da humanidade pela Unesco. Das 200 páginas do manuscrito, duas estão na casa da família do músico, em Bonn (oeste da Alemanha), e três na Biblioteca Nacional de Paris. A nona sinfonia foi composta em 1824, poucos anos antes da morte de Beethoven, época marcada pela surdez e pela solidão do músico, mas também pela criação de suas obras mais grandiosas. Nascido em 1770, em Bonn, Beethoven morreu em 1827, em Viena.

O tropicalismo chega ao planalto

A declaração, feita pelo próprio cantor Gilberto Gil, mostra que a primeira impressão que o futuro ministro da cultura quer dar é a de mudanças. A nomeação do baiano para a pasta gerou polêmica quando Gil declarou que não aceitaria o cargo por achar o salário pequeno demais. Aceitou logo depois para a surpresa dos brasileiros. Em declarações publicadas no jornal espanhol El País, Gil afirma que espera rejuvenescer Brasília, dando assim uma nova cara para a política cultural. A principal preocupação era saber como um cantor com uma agenda mundial como a de Gil poderia se adequar aos horários e compromissos de ministro. Quanto a isso, ele diz que já acertou tudo com Lula: terá direito a fazer dois shows por mês, não decepcionando assim seus milhares de fãs.

GOVERNO LULA

Cristovam Buarque quer fazer da educação uma "mania nacional"

Ao ter seu nome anunciado oficialmente para ocupar o Ministério da Educação, na manhã do dia 20 de dezembro, Cristovam Buarque apontou os três grandes objetivos de sua gestão: fazer da educação uma mania nacional, fazer com que o povo brasileiro tenha orgulho da educação do seu país e, terceiro, cuidar da universidade. "Queremos deixar a marca de um presidente metalúrgico na universidade brasileira, que precisa de carinho, cuidado, apoio e financiamento", disse o novo titular do MEC.

Os educadores sabem que o primeiro passo para uma educação de qualidade é universalizar o atendimento educacional para crianças de zero a seis anos. Esse será um dos principais objetivos do novo ministro da Educação, Cristovam Buarque. Eleito nas eleições desse ano o senador mais votado da história do Distrito Federal com 674.086 votos, Cristovam Buarque terá a oportunidade de implementar uma nova geração de políticas educacionais, combinando, entre outras coisas, combate ao analfabetismo com luta contra a fome e a pobreza. O programa Bolsa Escola, o cartão de visitas do novo ministro, é um dos modelos que vai orientar a ação do futuro ministério. No ensino superior, o novo ministro pretende interromper o processo de sucateamento da universidade pública e estancar o crescimento desordenado de cursos privados de baixa qualidade.

Doutor em Economia pela Universidade de Sorbonne, na França, Cristovam Buarque nasceu em 1944, no Recife. Governador do Distrito Federal entre 1995 e 1998 pelo PT, e professor da Universidade de Brasília (UnB) desde 1980, ficou conhecido internacionalmente principalmente através do projeto Bolsa-Escola. O projeto, que combina políticas educacionais e luta contra a pobreza, foi premiado no Brasil e no Exterior. Os pais recebem uma bolsa para manter seus filhos na escola. As crianças recebem, no mínimo, duas refeições diárias e os pais ainda têm uma renda extra.

Parcerias e integração com a sociedade

Quando deixou o governo do DF, em 1998, Cristovam criou a Organização Não Governamental (ONG) Missão Criança para dar continuidade ao seu trabalho de colocar as crianças na escola. O novo ministro acredita na possibilidade de parcerias entre o setor público e o privado pa-

ra enfrentar os problemas do analfabetismo e da fome. A organização Missão Criança, com o projeto Bolsa Escola Cidadã, financiada exclusivamente com recursos privados (do Banco de Boston, por exemplo), mantém mais de mil famílias, beneficiando três mil crianças, em 19 municípios brasileiros. Na ONG, Cristovam assessorou vários governos estaduais e prefeituras na implantação da Bolsa Escola e ajudou países como o México, Guatemala, Chile, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Tanzânia.

Cristovam também pensa em implantar programas que aproximem a Universidade da sociedade. Entre eles está um projeto pelo qual todos os estudantes universitários passarão a trabalhar como "alfabetizadores" durante quatro horas por semana, em um único semestre. Este programa, aliado ao da Bolsa Escola, teria como meta central erradicar o analfabetismo em quatro anos, e, de sobrar, ajudaria a criar uma outra mentalidade na consciência da comunidade universitária.

Propostas para o ensino superior

No ensino superior, o novo ministro pretende iniciar um amplo debate nacional para o fortalecimento da universidade pública. Além disso, quer controlar a proliferação de instituições privadas de baixa qualidade, fenômeno crescente nos últimos anos. Em 1994, as instituições privadas de ensino superior correspondiam a 74% das existentes no país e, em 2000, eram 85%, com o número de matrículas crescendo 121%, enquanto no ensino público o crescimento foi de apenas 36%. Hoje, o Brasil tem cerca de 7,7% dos jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior, sendo um terço na esfera pública e dois terços na privada.

Em 2002, a oferta de vagas nas instituições públicas foi de cerca de 245 mil para 5,1 milhões de candidatos. Se o crescimento continuar obedecendo aos padrões atuais, em 2009 teremos 400 mil vagas para 15,2 milhões de candidatos. Isso torna a educação um excelente mercado para investidores privados que vêm conseguindo ótimas taxas de lucro com cursos de baixa qualidade. A própria Organização Mundial do Comércio (OMC) já percebeu que a educação representa um mercado altamente promissor em países como o Brasil e desenvolveu projetos propondo a inclusão da área nas negociações comerciais internacionais.

A gestão de Cristovam Buarque terá que enfrentar também o tema do desfinanciamento do ensino superior. Dados recentes mostram que houve uma redução na ordem de 33%, caindo de 0,91% para 0,61% do PIB. Greves, arrocho salarial, sucateamento de laboratórios e centros de pesquisa, foram algumas das marcas negativas da gestão de Paulo Renato de Souza no MEC. Parte das escassas verbas que chegaram às universidades veio do Ministério da Ciência e Tecnologia, através de projetos especiais, entre eles os fundos setoriais. Mas mesmo o CNPq, principal órgão do MCT ligado às universidades, recebeu severos cortes orçamentários.

A polêmica do ministério exclusivo

Para tentar encontrar uma equação adequada, capaz de resolver esses problemas, Cristovam Buarque chegou a propor a criação de um ministério exclusivo para as universidades. O novo ministro observou, quando fez a proposta, que países como França, Cuba e Rússia têm ministérios para o ensino superior. Além disso, questionou o fato de a área econômica possuir cinco ministros e a Cultura e o Esporte, ministérios específicos. Lembrou ainda que é inadmissível que um ministro que deseja dar atenção às universidades tenha que, de certa forma, desviar a atenção do ensino básico. No atual sistema educacional brasileiro, o ensino infantil é de responsabilidade dos municípios; o ensino fundamental, do município e do Estado; e o ensino médio, do Estado. Já o ensino superior público é de responsabilidade exclusiva da União. A comunidade universitária não recebeu bem a proposta e os argumentos de Cristovam, que acabou recuando e desistindo da iniciativa. Pelo menos, por enquanto. "Após superar essa polêmica, Cristovam Buarque passou a enfatizar os dois primeiros compromissos do PT para o ensino superior: a promoção de uma verdadeira autonomia universitária e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos termos da Constituição (artigo 207); e o reconhecimento do papel estratégico das universidades, em especial as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social do país. Juntamente com a ampliação de programas sociais, como o Bolsa Escola, essas serão, segundo ele, as diretrizes gerais de sua gestão no MEC.

COMUNICAÇÕES

Projeto abrirá 100% de TV a cabo para capital estrangeiro

Foi aprovado, em caráter terminativo, pela comissão de Educação do Senado, dia 5 de novembro, o Projeto de Lei 00175/01, de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB/PB), que permite a grupos ou empresas estrangeiros adquirirem o total do capital de empresas de TV a cabo, contra os 49% admitidos hoje. A idéia está gerando polêmica entre os profissionais de comunicação em todo País. Alguns, como Suassuna, argumentam que a abertura trará melhor qualidade e preço às empresas brasileiras, para Celso Augusto Schröder,

membro do Sindicato dos Jornalistas do RS e professor da PUCRS, este argumento é pura maquiagem. "O que baixa preço é concorrência e não o monopólio existente no Brasil", afirma. Ele argumenta que, no Brasil, há duas ou três empresas que detêm todo o mercado e que o capital estrangeiro entrará sómente para salvá-las da crise em que se encontram. Além disso, considera muito difícil que algo melhore para os consumidores do serviço.

O projeto precisa passar pelo plenário da Câmara e depois ser assinado pelo

presidente antes de entrar em vigor. Para Schröder, e para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a consolidação deste projeto reflete os interesses de empresas de comunicação e não da sociedade brasileira. "Apesar de estarmos tentando discutir mais a fundo o assunto, não estamos conseguindo espaços", diz.

Ivson Alves, colunista do sitio www.comuniques.com.br, afirma que "não seria nada demais se a aprovação não tivesse desflagrado ataques que unem inimigos que se pensava irreconciliáveis, como o Fórum Nacional pela Democrati-

zação da Comunicação (FNDC) e quase todas as empresas de TV aberta do País, na condenação do PL. Os inimigos da aprovação do PL brandem o argumento do perigo da desnacionalização da mídia, mas, na verdade, estão abrindo a temporada de revanche contra o Império Global". Para ele, a mais interessada na aprovação do projeto é a Globopar, filial da Globo controladora das empresas de TV a cabo, que passa por uma crise financeira e venderia suas ações para a empresa de Rupert Murdoch, a News Corporation, salvando-se da falência.



Sader: "quais são os principais desafios teóricos atuais do primeiro governo pós-neoliberal?"

Sader defende um mutirão intelectual

Para este novo ciclo se iniciar de fato, é necessário, conforme o sociólogo Emir Sader, uma teoria da saída do neoliberalismo e do tipo de sociedade que o substituirá. E afirma que o fracasso e a derrota do governo de Fernando Henrique Cardoso e "dessa forma de encarar a prática política e o debate teórico" representam uma nova possibilidade de valorizar a vida intelectual. "Não apenas uma possibilidade, mas uma necessidade urgente já que, pela primeira vez nos últimos grandes projetos históricos do Brasil, entramos num novo período político sem uma elaboração teórica à altura dos desafios colocados". Para isso, o sociólogo pergunta quais são os principais desafios teóricos atuais do primeiro governo pós-neoliberal? É preciso em primeiro lugar avaliar devidamente as transformações que o neoliberalismo introduziu na sociedade brasileira e nos "reapropriarmos do que é hoje o capitalismo no Brasil, com seus processos de acumulação de capital, de reprodução social, de representação política, de expressão cultural, de dependência externa".

Sader defende um grande mutirão intelectual e cultural, de debates, propostas, seminários, de produção teórica e de discussão ampla, que recupere o prestígio e o costume da leitura, do debate, da produção teórica, fortalecendo a idéia de que sem compreensão teórica não há transformação consciente da realidade, que a realidade cobra muito caro o preço dos erros teóricos cometidos – torna-se indispensável. Somente após a reflexão detida serão possíveis as transformações que o Brasil necessita.

GOVERNO LULA

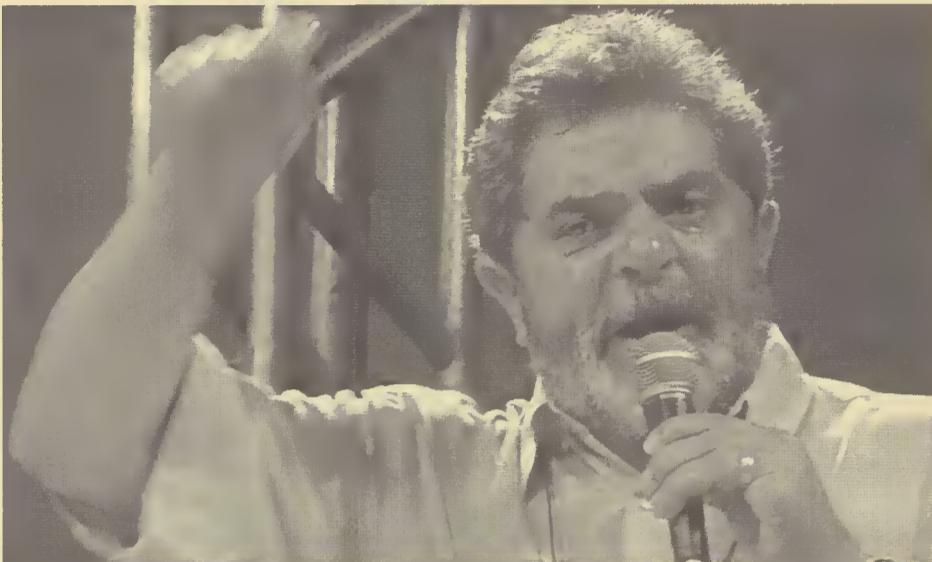
Intelectuais vão do otimismo ao ceticismo

Mais de 90% dos eleitores brasileiros consultados recentemente numa pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (foram ouvidos 2.998 eleitores em todo o País) acreditam num salto de qualidade para o país com o governo Lula. É um percentual tão importante que reúne não só os eleitores de Lula, mas abrange, inclusive, os que votaram no candidato do governo, José Serra, num otimismo que impressiona até os mais conservadores. O fato é que, pela primeira vez na história do Brasil, em 113 anos de República e 18 sucessões presidenciais, se vê uma quase unanimidade em relação ao sucesso de um governo. Mesmo a inflação, segundo 73% dos eleitores, será melhor controlada pela equipe de Lula do que pela de FHC. Mas é na área social que os números saltam para patamares nunca vistos até hoje em se tratando de expectativa com um novo governo. 84% dos eleitores acreditam que as coisas estarão melhores na educação, 82% na saúde, 81% na segurança pública, 81% na diminuição do desemprego, 79% no aumento do salário mínimo e 77% na diminuição da pobreza. E se tamanho otimismo tem seus motivos, por outro lado há razões de sobra para preocupações.

Há tempos que diversos economistas alertam para o tamanho da bomba que o governo Lula herdará. Armada pela equipe econômica de FHC em oito anos de governo, dia 1º ela estará sendo entregue às mãos do presidente eleito. É um abacaxi para ser descascado. Pois essa herança de FHC foi esquadrinhada, dissecada e mostrada para Lula, seu vice José de Alencar e demais possíveis integrantes do governo petista, na primeira semana de dezembro, conforme matéria da revista Carta Capital, do dia 11 de dezembro. Os petistas receberam exemplares do livro *O Novo Governo e os Desafios do Desenvolvimento* (779p. José Olympio Editora), contendo 31 ensaios escritos por alguns dos maiores economistas brasileiros.

A conclusão a que chegam é que o Brasil está financeiramente frágil e economicamente estagnado, perdendo a posição que ocupava entre as dez maiores economias do mundo. A percepção dos articulistas é de que as opções estratégicas e as políticas macroeconômicas adotadas nos últimos governos livraram o País da hiperinflação mas não construíram bases sólidas para uma retomada do crescimento econômico. Por isso, o grande desafio do governo Lula será tentar um crescimento baseado nas exportações, o que, segundo o economista Antônio Dias Leite, que coordenou o trabalho, não produz internamente pressão inflacionária. É uma saída, embora difícil.

O livro também critica duramente a política econômica conduzida pelo minis-



Esperança: mais de 90% dos brasileiros apostam que Lula fará um bom governo

tro Pedro Malan, assim como os desastres nos setores energético e de transporte, que estrangularam a economia nacional. As grandes linhas da política econômica teriam ainda criado um clima financeiro interno impróprio aos investimentos e aos empreendimentos produtivos. Segundo a matéria, não há quem não saia da leitura desses textos sem o sentimento de que encontrou a chave do fracasso da política econômica do ministro Pedro Malan: fé exagerada no mercado e desconfiança excessiva no Estado. Inverter essa lógica será o grande desafio do governo que se inicia em 1º de janeiro. O problema está em como desarmar a bomba sem que ela exploda no colo dos novos governantes. A conclusão a que chegam os economistas é de que haverá pouco espaço para governar, entre o muito que fazer para desenrolar o emaranhado de nós que os governos neoliberais de Fernando Collor e FHC deram na economia brasileira.

Refundação da República

No entanto, a até hoje todas as grandes transformações na sociedade brasileira foram conduzidas pelas elites. Foi o caso da abolição da escravatura e da instauração da República, entre outros, como lembra o sociólogo Francisco de Oliveira. Por isso, para ele, a eleição de Lula pode significar a "refundação da República" no Brasil. Na opinião dele, pela primeira vez, os brasileiros dos grupos e classes subalternas poderão ter a chance de forçar uma intervenção nos negócios do Estado. "Eles passam a ser protagonistas daqui em diante e isso é um marco, algo sem nenhum paralelo em nossa história", afirmou em entrevista ao jornal Correio da Cidadania.

Para ele, a vitória de Lula merece estar ao lado de outros grandes eventos que marcaram rupturas no Brasil. Mas, frente a tantos problemas de ordem nacional e internacional, o governo deverá enfren-

tar grandes dificuldades. A saída seria o governo usar as acumulações de forças que ele representa, sob pena de ficar prisioneiro de uma política conservadora. A novidade que pode vir com o governo Lula é exatamente vencer "esses constrangimentos e iniciar transformações sociais profundas". E um grande empecilho está na composição do congresso, afinal o governo não terá tanta facilidade como FHC e seu rolo compressor.

Na avaliação do sociólogo, o brasileiro votou pela mudança porque queria se livrar do caminho tomado pelo último governo. E compara o atual momento a uma das fases já passadas pelo País, como em 1930, em que a crise externa do capitalismo mundial, combinada com uma poderosa crise interna parecia fechar todas as possibilidades de crescimento. No entanto, aconteceu o contrário: "Foi aí que começou uma fase de intenso crescimento econômico, muito controlado, muito tutelado, porém, ainda assim, um período de transformações muito fortes".

Sobre o movimento da linha política de Lula e o PT da esquerda para o centro, Oliveira avalia que o que aconteceu não se trata apenas de cooptação ideológica, mas de uma certa erosão nas relações que fazem a política de representação, que ligam a política aos interesses de classe. "Durante o período FHC, houve uma queda na representatividade dos partidos, queda no movimento sindical e fraturas no interior das próprias burguesias, pois o capital financeiro claramente se descolou da burguesia industrial". Isso tudo teria reforçado uma homogeneização no espectro político brasileiro e o PT, nessa situação, "não revelou forças capazes de desmarrá-lo disso, e assim caminha para o centro. Não é à toa que optaram, como outros partidos, por marqueteiros, buscando votos indiscriminadamente. Mas ainda assim há uma ruptura, que pode inaugurar uma nova fase, um novo ciclo".

ARGENTINA

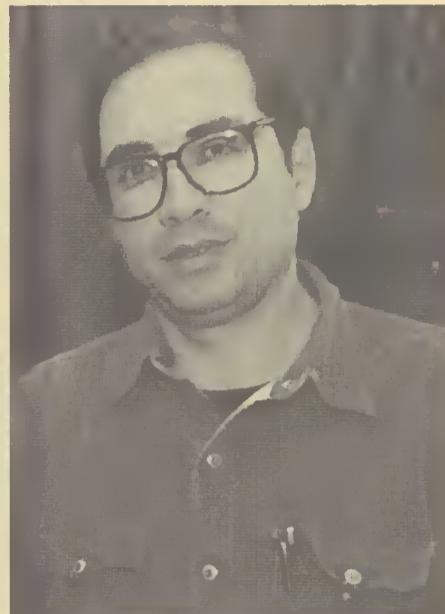
Filme e protestos marcam um ano de panelaço

Em 1998, a população de pobres da Argentina era de 32%. Número que, em 2001, já era de 41%, saltando, em maio deste ano, para 51%. Agora, fecha 2002 em 55%. Mais da metade deste percentual é de indígenas, segundo dados apresentados dia 11 de dezembro pelo uruguai Enrique Serra Padrós, professor de História da Ufrgs. Ele foi o palestrante de uma das noites da "Semana do Panelaço", que se realizou em Porto Alegre de 9 a 20 de dezembro e que marcou um ano dos acontecimentos de 19 e 20 de dezembro de 2001 na Argentina. Na ocasião foi exibido o filme "O Panelaço", de Carlos Pronzato. Naqueles dois dias, 35 pessoas morreram em confrontos com a Polícia Federal Argentina e comerciantes em saques generalizados que aconteceram em vários pontos do país.

A avaliação de Padrós é de que o panelaço na Argentina teve um efeito pedagógico sobre os brasileiros, pois se tratou de um acontecimento que, de uma forma ou de outra, poderia até mesmo ter ocorrido no Brasil. A proximidade da realidade dos dois países, segundo o professor, é um fator que leva a tanto interesse pelo que aconteceu no país vizinho naquele mês. Além disso, a débacle é emblemática também por não se tratar de "um país qualquer". A Argentina, lembra Padrós, já foi considerada um país de primeiro mundo, como o mais europeu das Américas e que, "mesmo com algumas pretensões falsas, ostentou de fato certo grau de riqueza e sofisticação".

Dez anos de neoliberalismo foram um golpe duro na população de um país que praticamente não teve fome e que hoje conta com 20 milhões de famintos. Destes, nove milhões são crianças e adolescentes. "São grupos de pessoas sem passado, com um presente terrível e sem perspectiva de futuro. A Argentina é um país que exporta jovens. Basta ver as embaixadas da Espanha, Itália e Estados Unidos oferecendo passaportes para somente daqui a três ou quatro anos", aponta.

Em função da fome que se alastrava pela Argentina, foram espalhados centenas de comedores pelo país, que antes eram uma realidade vivida por apenas alguns poucos meninos de rua. Hoje, milhares de argentinos se alimentam exclusivamente nestes locais. "É um processo de degradação muito rápido e um grau de revolta e de compreensão, na população, que espanta", afirma, referindo-se às formas de reação da população e de suas alternativas colocadas em prática por diversos atores sociais do país em assembleias populares e clubes de troca.



Pronzato: diretor de O Panelaço

A análise de Padrós foi precedida da exibição de *O Panelaço*. O filme traz uma série de depoimentos de populares, imagens do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, mescladas com as de protestos na Argentina. Há um ano, no dia 19 de dezembro, a população decidiu sair às ruas para protestar contra o estado de sítio decretado um dia antes pelo presidente Fernando De La Rua. Com panelas, paus, pedras, milhares de argentinos tomaram os locais públicos de diversas cidades do país, de forma espontânea. Durante dois dias, as manifestações foram, primeiramente, acompanhadas, depois duramente reprimidas pela polícia. "Vergonha Nacional, Polícia Federal", gritavam milhares de pessoas reunidas na Plaza de Mayo, centro de Buenos Aires.

O vídeo lembra ainda os 30 mil desaparecidos argentinos durante o regime militar e relaciona a repressão policial de dezembro de 2001 à forma truculenta com que os argentinos foram tratados pelo Estado no passado recente. Imagens de generais argentinos são mescladas aos ataques a agências bancárias estrangeiras. "A intenção foi mostrar que há uma linha entre a repressão da ditadura militar e essa do estado de sítio desobedecido pelos argentinos", explica Pronzato. Têm destaque na fita as manifestações contra a YPF Repsol, a empresa espanhola que refina e distribui petróleo argentino. Da formação dos grupos de piqueteiros, o documentário mostra a trajetória de sua organização até o dia do embate com a Polícia Federal, em Dock Sud, perto da YPF.

Para mostrar as divergências entre os grupos de atores sociais que se formaram na Argentina, uma dona de casa entrevistada fala assim das diferenças entre os piqueteiros e os integrantes

das classes médias argentinas: "No começo eles não aceitavam nosso tipo de protestos, porque atrapalhávamos o trânsito. Estavam preocupados com o curralito, mas nós não, pois nem temos dinheiro no banco. Com o tempo, eles foram vendo que a nossa luta é a mesma". Outro popular entrevistado grita em frente a um banco: "Tem um ditado antigo que diz: a violência do povo não é violência: é justiça".

Depois dos panelaços, começaram a ser feitas as assembleias populares, envolvendo pessoas de diversos bairros das maiores cidades argentinas. Trata-se de um novo ator político, do povo reunido em torno de uma democracia popular, como salientam alguns sindicalistas. Um deles, Victor de Genaro, da Confederação de Trabalhadores Argentinos (CTA), avalia o movimento como um desabafo da população ante uma realidade em que cerca de 100 crianças têm morrido diariamente em seu país por conta da crise.

O diretor de teatro Augusto Boal aparece no filme relacionando a dívida externa à situação no país vizinho, salientando que o endividamento já foi pago "sete vezes" e que não é justo qualquer compromisso já saldado dessa forma. Representantes dos H.I.J.O.S., a associação dos filhos dos desaparecidos, também falam de sua experiência no 20 de dezembro, assim como as Mães da Plaza de Mayo, que aparecem sendo duramente reprimidas por policiais a cavalo, em frente à Casa Rosada. Entre elas uma "madre" de 91 anos, que teve que ser protegida pelas outras colegas para não sofrer ferimentos. Um jovem é filmado derrubando o cavalo de um policial a socos quando ele corre em direção às madres. Também são mostrados brasileiros que levaram seu apoio à luta argentina e que participaram da grande marcha internacional antineoliberalismo, ocorrida em janeiro de 2002 em Porto Alegre.

A semana de mostra do vídeo começou no DCE da Ufrgs, passou pelo Cpergs, Museu de Artes do Rio Grande do Sul (Margs), Casa de Cultura Mário Quintana e Memorial do Rio Grande do Sul. Dia 20, um panelaço na Praça Argentina lembrou os protestos ocorridos na capital portenha um ano atrás. No mesmo dia aconteceram atos em diversas partes do mundo, como em cidades da Europa e na própria Buenos Aires.

O lançamento do vídeo aconteceu em Salvador (Ba), onde mora seu diretor, Carlos Pronzato. A fita circula pelo nordeste, com apresentações em sindicatos e universidades. O diretor, no entanto, queria que ela fosse mostrada em Porto Alegre, tanto pelo "simbolismo da cidade", quanto pela proximidade geográfica com o palco dos protestos.

RIO DE JANEIRO

Seminário sugere um "pacto ambiental"

O veto aos transgênicos e a construção de um "pacto ambiental" foram as principais idéias que saíram do Seminário Nacional de Meio Ambiente do PT, que aconteceu entre os dias 13 e 15 de dezembro (logo depois da confirmação da senadora Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente - MMA) no Rio de Janeiro. Cerca de 400 militantes de todo o País discutiram com líderes petistas o pacto ambiental, firmado nos mesmos moldes do pacto econômico e social proposto pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, deve possibilitar a preservação da imensa biodiversidade do Brasil e colocar o País definitivamente no caminho do desenvolvimento sustentável. A idéia envolverá trabalhadores, empresariado, entidades do movimento social e, sobretudo, as populações das localidades onde forem levadas a termo ações ambientais. O objetivo é fazer com que os habitantes locais – sejam eles pescadores, caçaras, índios, quilombolas, catadores ou pequenos agricultores – opinem sobre a gestão ambiental em suas áreas e sobre a alocação de recursos públicos e privados a ela destinada.

Essa participação se daria através de conselhos gestores e representaria na prática a democratização da gestão ambiental no Brasil. As entidades do movimento social e as universidades serão chamadas a integrar estes conselhos e auxiliar o ministério na implementação da Agenda 21 brasileira, que, para elas, precisa virar realidade. Dos empresários, o PT espera colaboração efetiva na implementação de projetos de saneamento básico, educação ambiental e produção sustentável. Também se espera uma grande fiscalização de empresas. O partido promete punir os poluidores, reavaliar todos os projetos de grande impacto ambiental em andamento e acabar com a corrupção na fiscalização ambiental, que é muito grande no Brasil. Outros pontos exigidos foram uma maior seriedade ambiental na extração, produção e transporte de petróleo e derivados, que protagonizaram inúmeros acidentes ecológicos nos últimos anos do governo FHC. Além da busca pelo desenvolvimento de fontes alternativas de produção de energia e técnicas de produção mais limpas deve ser acompanhada por programas de capacitação técnica em Meio Ambiente para os funcionários das empresas envolvidas, sobretudo as estatais como a Petrobras, por exemplo.

ADUFRGS

Chapa 2 vence as eleições

Em clima de transição no governo federal, os docentes da Ufrgs escolheram dias 12 e 13 a nova diretoria da entidade para o período de 2003-2004. A professora Maria Aparecida Castro Livi, do Departamento de Informática Aplicada, será a nova presidente da Associação. Ela terá pela frente o desafio de dirigir a Adufrgs num tempo de alterações importantes na política econômica e social do País. Também foram escolhidos os novos integrantes do Conselho de Representantes.

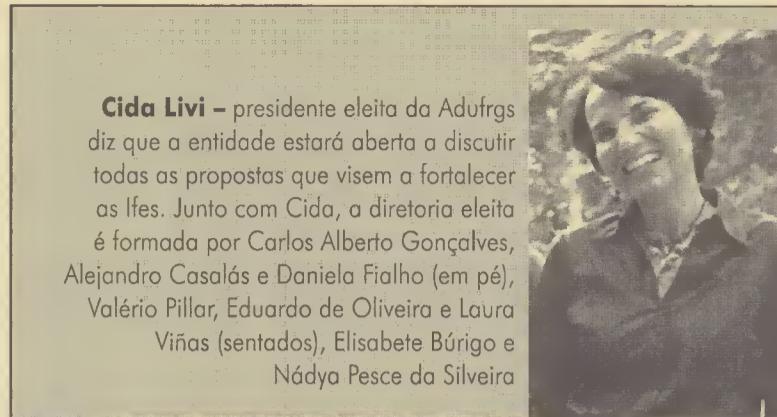
Jéferson Assumção

Os associados da Adufrgs escolheram dias 12 e 13 a chapa 2 para compor a direção da Adufrgs para o período de 2003-2004. Sendo 590 votos, contra 371 da chapa 1, a chapa 2, encabeçada por Maria Aparecida Castro Livi (Cida Livi), da Informática, saiu-se vencedora. Integrarão a diretoria Eduardo Rolim de Oliveira (do departamento de Química Orgânica), 1º vice-presidente, Carlos Alberto Gonçalves, 2º vice-presidente (Bioquímica), Daniela Marzola Fialho, 1ª secretária (Expressão Gráfica), Laura Verrastro Viñas, 2ª secretária (Zoologia), Alejandro Borche Casalás, 1º tesoureiro (Hidromecânica e Hidrologia), Valério De Patta Pillar, 2º tesoureiro (Ecologia), Elisabete Zardo Búrigo, 1º suplente (Matemática Pura e Aplicada), e Nádyra Pesce da Silveira, 2ª suplente (Química Inorgânica). Dos 2.694 associados da Adufrgs, votaram 1.008. Foram 43 votos brancos e 4 nulos.

A votação ocorreu em praticamente todas as unidades, com exceção do Direito, Administração, Letras, ICTA e IFCH, em que não puderam ser instaladas urnas por falta de pessoal. Nesses locais, a votação foi feita em trânsito, sendo aceitos votos em outros departamentos. A apuração começou às 23 h do dia 13, na sede da Adufrgs, culminando um processo que transcorreu tranqüilamente, conforme avalia-

ção da presidente eleita. As eleições da Adufrgs realizaram-se num momento marcante da história política do Brasil. Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, conforme o manifesto da chapa vencedora, reacende a esperança de construção de uma sociedade mais solidária, da superação das injustiças sociais e da inserção soberana do Brasil no cenário internacional. "Pelo menos dois aspectos devem ser destacados, neste contexto, por quem como nós acredita em um sindicato comprometido com as lutas populares e democráticas. O primeiro aspecto é a possibilidade concreta de fortalecimento da democracia e das conquistas sociais, inserida aqui a Universidade Pública como instrumento de desenvolvimento soberano do País. O segundo aspecto é o reconhecimento de que só a luta permanente e independente dos movimentos sociais organizados garantirá efetivamente as mudanças estruturais necessárias no Brasil", diz o texto.

A palavra de ordem daqui para a frente deverá ser "negociação" como forma permanente de interlocução política. Esse fato deverá se constituir no grande desafio do Sindicato, daqui para a frente, segundo a presidente Cida Livi. Será preciso participar ainda mais dos debates, da formulação de propostas, de negociar as prioridades e prazos para as mudanças necessárias.



Cida Livi – presidente eleita da Adufrgs diz que a entidade estará aberta a discutir todas as propostas que visem a fortalecer as Ifes. Junto com Cida, a diretoria eleita é formada por Carlos Alberto Gonçalves, Alejandro Casalás e Daniela Fialho (em pé), Valério Pillar, Eduardo de Oliveira e Laura Viñas (sentados), Elisabete Búrigo e Nádyra Pesce da Silveira



Cristina Lima

Eleitos novos integrantes do Conselho de Representantes

1. ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Dept. de Ciências Administrativas
Zila Pedroso Mesquita - titular
Vera Sueli Stork - suplente

2. FACULDADE DE AGRONOMIA

Dept. de Fitossanidade
Fábio Kessler Dal Soglio - titular
Valmir Duarte - suplente

3. COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Edson Luiz Lindner - titular

4. FACULDADE DE ARQUITETURA

Dept. de Expressão Gráfica
José Carlos Freitas Lemos - titular
Jorge Fernando Haussen - suplente
Dept. de Urbanismo
Lívia Teresinha Salomão Piccinini - titular

5. INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS

Dept. de Biofísica
Jorge Alberto Quillfeldt - titular
Dept. de Botânica
Sérgio Luiz de Carvalho Leite - titular

6. FACULDADE DE DIREITO

Dept. de Direito Privado e Processo Civil
Domingos Sávio Dresch da Silveira - titular

7. FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Dept. de Ciências Econômicas
Carlos Schmidt - titular
Dept. de Ciências Contábeis e Atuariais
João Marcos Leão da Rocha - titular

8. FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Dept. de Estudos Especializados
Raimundo Helvécio Almeida Aguiar - titular
Jane Felipe de Souza - suplente
Dept. de Estudos Básicos
Paulo Francisco Slomp - titular
Dept. de Ensino e Curriculo
Nelson Luís Dresch - titular

9. ESCOLA DE ENFERMAGEM

Dept. de Assistência e Orientação Profissional
Adriana Ferig - titular
Dept. de Enfermagem Méd-Cirúrgica
Vanderlei Carraro - titular

10. ESCOLA DE ENGENHARIA

Dept. de Engenharia Civil
Armando Miguel Awruch - titular
Américo Campos Filho - suplente
Dept. de Engenharia Elétrica
Aly Ferreira Flores Filho - titular
João Manoel Gomes da Silva Junior - suplente

11. ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Dept. de Produção de Matéria Prima
Louise Marguerite Jeanty de Seixas - titular
Grace Gosmann - suplente
Dept. de Produção e Controle de Medicamentos
Célia Machado Gervásio Chaves - titular
Paulo Eduardo Mayorga Borges - suplente

12. ESCOLA TÉCNICA

Hunder Evertto Corrêa - titular
Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira - suplente

13. FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Dept. de Ciências da Informação
Regina Helena Van Der Laan - titular
Dept. de Comunicação
Rubens Constantino Volpe Weyne - titular
Ilza Maria Tourinho Girardi - suplente

14. FACULDADE DE FARMÁCIA

Dept. de Produção de Matéria Prima
Louise Marguerite Jeanty de Seixas - titular
Grace Gosmann - suplente
Dept. de Produção e Controle de Medicamentos
Célia Machado Gervásio Chaves - titular
Paulo Eduardo Mayorga Borges - suplente

15. INSTITUTO DE FÍSICA

Dept. de Astronomia
Mirian Griselda Pastoriza - titular
Dept. de Física
Luis Gustavo Pereira - titular
Flávio Horowitz - suplente

16. INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Dept. de Paleontologia e Estratigrafia
Valesca Brasil Lemos - titular
Rualdo Menegat - suplente

17. INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE

Dept. de Bioquímica
Elisabete Rocha da Rocha - titular
Dept. de Ciências Morfológicas
Casemiro Garcia Fernandes - titular

18. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Dept. de Antropologia
Daisy Macedo de Barcellos - titular
Dept. de Ciência Política
Flávio Horowitz - suplente

19. INSTITUTO DE INFORMÁTICA

Dept. de Informática Aplicada
Dalfro José Nunes - titular
Fernando Rosa do Nascimento - suplente

20. INSTITUTO DE ARTES

Dept. de Arte Dramática
Míriam Spritzer - titular
Dept. de Artes Visuais
Luiz Eduardo Robinson Achutti - titular

21. INSTITUTO DE PESQUISAS HIDRÁULICAS

Dept. de Hidromecânica e Hidrologia
José Juan D'Amico - titular
Dept. de Obras Hidráulicas
Antônio Domingues Benetti - titular

22. INSTITUTO DE LETRAS

Dept. de Letras Clássicas e Vernáculos
Maria Cristina Leandro Ferreira - titular

23. INSTITUTO DE MATEMÁTICA

Dept. de Estatística
Jandira Maria Guimarães Fachel - titular
Dept. de Matemática Pura e Aplicada
Aron Taitelbaum - titular

24. FACULDADE DE MEDICINA

Dept. de Cirurgia
Jorge Luiz Antoniazzi - titular
Elaine Aparecida Felix Fortis - suplente
Dept. de Medicina Interna
Vera Beatriz Guirland Vieira - titular

25. FACULDADE DE ODONTOLOGIA

Dept. de Cirurgia e Ortopedia
Tássia Weber Furlanetto de Azambuja - titular
Dept. de Odontologia Conservadora
Susana Maria Werner Samuel - titular
Cassiano Kuchenbecker Rosing - suplente
Dept. de Odonto Preventiva e Social
Julio Boldisserotto - titular

26. INSTITUTO DE QUÍMICA

Dept. de Físico Química
Hubert Stassen - titular
Paolo Roberto Livotto - suplente
Dept. de Química Inorgânica
José Ribeiro Gregório - titular
Celso Camilo Moro - suplente
Dept. de Química Orgânica
Valentim Emílio Uberti Costa - titular

27. FACULDADE DE VETERINÁRIA

Dept. de Patologia e Clínicas Veterinária
Félix Hilário Diaz Gonzalez - titular
Dept. de Medicina Veterinária Preventiva
Verônica Schmidt - titular

28. Aposentados

Evangelina de Azevedo Veiga - titular
Zuleika Carreto Correa da Silva - Suplente

ENTREVISTA - CIDA LIVI

"A eleição de Lula representa uma mudança pautada pela negociação"

Adverso - Quais temas devem ser tratados com mais urgência pela nova diretoria?

Cida Livi - Queremos, no plano local, ampliar a participação dos docentes na discussão dos problemas da categoria e resgatar para os associados o espaço do Sindicato, tanto para a convivência social quanto para o debate de idéias. Nos últimos anos, os docentes têm se distanciado do Sindicato. As razões para isso são inúmeras, incluindo a sobrecarga de tarefas em função da redução do número de docentes, mas também em função do crescente engajamento na pesquisa e na extensão. Levando em conta essa realidade, queremos estar ao lado dos associados, não somente na busca de melhores salários, mas também na luta por melhores condições de trabalho e por fontes de financiamento para os projetos da Universidade Pública. No plano nacional, devemos continuar dedicando aos grandes temas históricos sua constante atenção. Aqui destacamos a autonomia e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), com eleição de seus dirigentes; gestão financeira própria, com garantia de financiamento público, de modo a fornecer os meios para a plena formação acadêmica e a geração de conhecimento. Igualmente a luta pela isonomia salarial, para todos os docentes, ativos e inativos, com a correção das distorções acumuladas nos últimos planos econômicos; com a garantia de manutenção dos direitos adquiridos; propondo a reconstrução da Carreira Docente, com base na qualificação, na experiência e na produção intelectual, respeitando as diferenças entre

as áreas e as vocações dos docentes. Outra questão importantíssima, a política de Segurança Social, onde estejam garantidos os direitos de previdência, saúde e assistência social da categoria, pondo fim à inssegurança que tem levado a aposentadorias precoce; a busca de condições locais e nacionais que possibilitem um aproveitamento da experiência dos docentes inativos. E, ainda, a política de contratação de docentes e funcionários para as Instituições Federais de Ensino Superior, visando a manutenção da autonomia necessária para a defesa de nossos interesses. Quanto à questão salarial, temos que negociar a reposição de perdas e a correção de distorções na perspectiva de uma nova carreira docente.

Adverso - Qual sua opinião sobre uma possível desvinculação do ensino superior do MEC, via criação de um novo ministério ou vinculação ao Ministério da Ciência e Tecnologia?

Cida Livi - Estamos abertos a discutir todas as propostas que visem o fortalecimento e o desenvolvimento das Ifes, mas consideramos a Universidade como parte indissociável do Sistema de Educação como um todo e não entendemos sua desvinculação do MEC como algo que possa ser favorável aos interesses da maioria da população. Separar o ensino superior dos demais níveis pode comprometer o princípio de uma política educacional pública baseada no acesso universal e na gratuidade.

Adverso - Que avanços são possíveis em relação aos últimos dois anos de gestão da Adufrgs quanto à questão salarial, por exemplo?

Cida Livi - Acreditamos que a eleição do governo Lula representa uma mudança de rumo pautada pela negociação como forma de interlocução política. Dois aspectos devem ser destacados em relação ao novo governo, por quem, como nós, acreditam num sindicato comprometido com as forças populares e democráticas. O primeiro é a possibilidade concreta de fortalecimento da

democracia e das conquistas sociais, incluída aqui a Universidade Pública como instrumento de desenvolvimento do País. O segundo é o reconhecimento de que só a luta permanente e independente dos movimentos sociais organizados garantirá efetivamente as mudanças estruturais necessárias no Brasil. Assim, no governo Lula, o Sindicato deverá estar discutindo as mudanças, formulando propostas, negociando prioridades e prazos, porém sem perder a autonomia necessária para a defesa de nossos interesses. Quanto à questão salarial, temos que negociar a reposição de perdas e a correção de distorções na perspectiva de uma nova carreira docente.

Adverso - Que avanços são possíveis em relação aos últimos dois anos de gestão da Adufrgs quanto à questão salarial, por exemplo?

Cida Livi - Merecem especial destaque dois aspectos da gestão atual da Adufrgs. A

defesa dos direitos dos associados, que resultou inclusive em ganhos nos vencimentos, conquistados através de ações jurídicas, e sua postura democrática. Essa postura permitiu uma relação muito positiva com o Conselho de Representantes e os Grupos de Trabalho (GTs) existentes na Adufrgs. Na greve de 2001, vivemos momentos bastante tensos. A condução do Comando, com o respaldo e a participação da Diretoria, permitiu que todas as decisões importantes fossem tomadas em assembleias e reconhecidas como legítimas. A unidade entre os professores da Ufrgs foi mantida e contribuiu para a condução nacional da greve, insistindo sempre na retomada das negociações e na construção de um acordo de reajuste dos salários, sem aumento nas gratificações. Cabe enfatizar que os membros desta chapa participaram ativamente da greve. A defesa dos associados e a postura democrática sem dúvida deverão permanecer como pontos chaves da nossa gestão, mas haverá toda uma ênfase no aprofundamento do debate das questões que afetam a categoria, tanto local quanto nacionalmente, bem como o resgate do espaço do Sindicato como local de encontro dos associados para a convivência social e o debate de idéias. Queremos um sindicato que congregue seus associados, defende seus direitos, mas também com propostas para a Educação, Ciência e Tecnologia, inserido na sociedade, expressando a riqueza de consciências que representa e comprometido com a democracia e o desenvolvimento social. Esperamos que os colegas lutem conosco por este sindicato.

Atribuindo o Prêmio Nobel de Medicina a Sydney Brenner, H. R. Horvitz e John Sulston, o comitê recompensou os principais protagonistas do empreendimento científico que resultará, em 2003, na passagem ao domínio público da totalidade da seqüência do genoma humano

Genoma humano a salvo da especulação

LE MONDE
diplomatique



John Sulston*

Ponto de partida do desenvolvimento de cada ser humano, o genoma deveria ser considerado como um potencial a ser explorado, e não como um embaraço. Ora, muita gente teme, não sem razão, ter suas informações genéticas utilizadas contra si. As seguradoras, especialmente, buscam obter a autorização de utilizar resultados de testes genéticos feitos por seus clientes antes de se decidirem a lhes propor – ou recusar – tal ou tal contrato. Se a lei os autorizasse a isso, empregadores poderiam, no futuro, recusar a contratação de um candidato que não se submetesse previamente a certos testes genéticos. Não devemos aceitar isto.

Por outro lado, fazendo manchetes com os milagres do código genético que “poderiam erradicar todas as doenças”, os jornais apenas trazem decepções já que, ano após ano, as pessoas continuam sofrendo de câncer, de doenças vasculares ou de demência senil. O saber genético recentemente acumulado é de um valor imenso para a biologia e para a pesquisa médica. É porque ele é importante que a divulgação, comemorada mundialmente, no dia 26 de junho de 2000, do primeiro esboço do seqüenciamento do genoma humano desemboca numa versão definitiva e completa da seqüência, para que todos os pesquisadores possam utilizá-la o mais cedo possível. A partir de sua conclusão, no decorrer de 2003, esta seqüência formará um arquivo e um referencial permanentes para os cientistas.

Seqüenciamento foi o início...

Terá o projeto do genoma humano uma incidência sobre nossas opções alimentares e nossa maneira de viver? Nas sociedades ocidentais, veremos certamente um imenso ganho comercial; ocorre-me imaginar um pesadelo em que as pessoas escolhem o restaurante em função de seu genotipo...

De maneira mais realista, os próximos dez anos trarão novos tratamentos visando às doenças atualmente muito difíceis de curar. Tomemos um exemplo, atualmente em estudo no Instituto Sanger: a equipe de pesquisadores dirigida por Mike Stratton examina os tumores cancerosos para ver como eles diferem, no plano genético, dos tecidos normais. Na realidade, é muitas vezes mais fácil matar uma célula mórbida do que curá-la; as informações genéticas deveriam nos ajudar a delimitar alvos específicos nas células cancerosas, em cuja direção seria apontado o tratamento com o objetivo de destruí-las de maneira seletiva, reduzindo assim os efeitos colaterais e melhorando as taxas de remissão.

O seqüenciamento do genoma representa um avanço formidável para o conhecimento, no plano molecular, do corpo humano. Mas é apenas o início, não a conclusão; não conhecemos ainda nem a composição da maioria dos genes, nem o lugar nem o momento em que eles são expressos sob a forma de proteínas. O genoma sozinho não é suficiente para compreender tudo isto, mas constitui uma caixa de ferramentas que todos poderão utilizar. A próxima etapa é a descoberta da totalidade dos genes; a

compreensão de seu significado, sua localização e, principalmente, a análise de seus mecanismos de controle. (...)

Socializando a informação

Organizamos um encontro internacional para repartir as tarefas e estabelecer normas de gestão de dados. O encontro, feito nas Bermudas – a escolha das ilhas britânicas, próximas ao litoral dos Estados Unidos, prenunciava a entrada de nossa área científica na política internacional –, demonstrou ser muito construtivo. Foi a primeira vez que pesquisadores da nossa disciplina trocaram idéias sem restrição. A amplitude do projeto nos obrigava a trabalhar juntos – ninguém poderia esperar efetuar sozinho a totalidade do seqüenciamento. Cada um anotou então, em papel, as regiões do genoma com as quais tinha intenção de trabalhar e todas as repetições foram eliminadas.

Na época, não havíamos previsto mecanismo algum de publicação de resultados preliminares; os bancos de dados públicos só aceitavam dados concluídos. Ora, mesmo em estado bruto, os rascunhos da seqüência que nossas máquinas produziam podiam revelar-se úteis muito rapidamente para outros pesquisadores, desejosos de localizar um gene ou de verificar uma hipótese. No Instituto Sanger, tanto no que se refere a pesquisas sobre o humano quanto sobre o verme, havíamos decidido difundir em nosso site da Internet todos os dados produzidos, para que outros pudessem baixá-los e fazer com eles o que julgassem útil. Nossas únicas exigências eram de que o caráter preliminar das informações fosse explicitado em qualquer uso que viesse a ser feito e que sua proveniência fosse citada em toda e qualquer publicação.

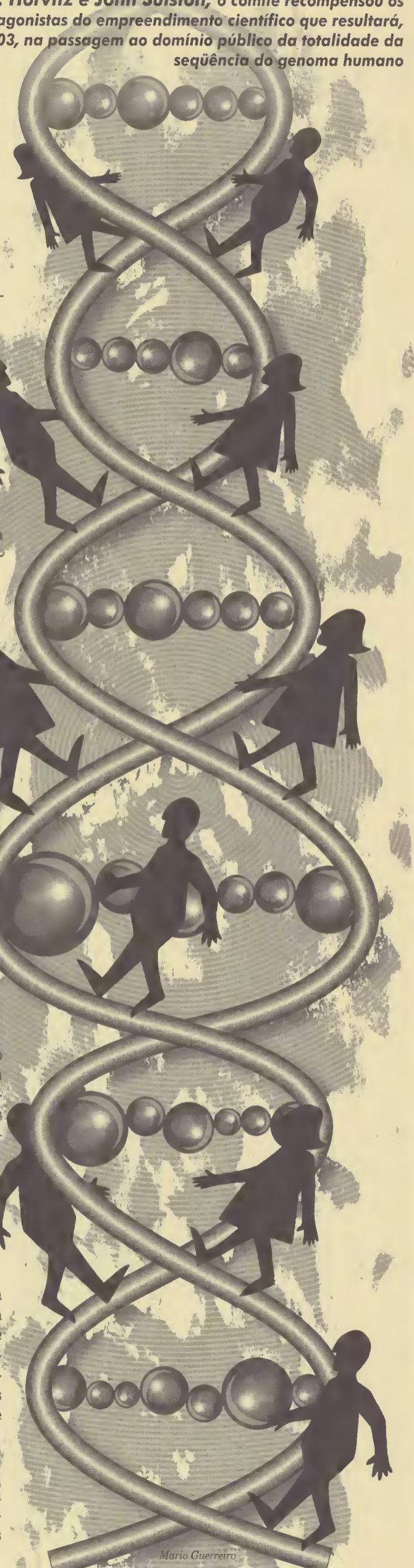
Os “princípios das Bermudas”

Nas Bermudas, tivemos que fazer aceitar o princípio da livre difusão de dados, sem o que ninguém poderia confiar no outro. A unanimidade era bastante improvável; alguns dos pesquisadores presentes, entre os quais Craig Venter, já haviam estabelecido vínculos com empresas comerciais e poderiam se opor à idéia de entregar tudo ao público sem nada receber. No entanto, de pé diante do quadro branco, eu escrevia, apagava e reescrevia – e acabamos conseguindo redigir uma declaração.

No momento em que, com Bob Waterston, da Universidade Washington, em Saint-Louis (EUA), redigímos essa declaração de princípios na companhia de nossos companheiros, nosso colega Michael Morgan estava reunido com os representantes das agências de financiamento para lhes pedir apoio para aquela iniciativa. Sob o nome de “princípios das Bermudas”, a declaração constitui atualmente, com algumas modificações menores, o referencial de todos os grandes projetos de seqüenciamento financiados com recursos públicos.

A Terra é um bem comum

Os princípios de livre acesso e de difusão instantânea significam que todos os biólogos do mundo podem utilizar os dados, convertê-los – para, enfim, criar novas



invenções que possam eventualmente ser patenteadas. Mas a seqüência em si mesma, uma vez difundida sob sua forma bruta no domínio público, torna-se impossível de patentear. Como foi encorajador ver um número tão grande de pessoas de acordo com o fato de considerar a seqüência do genoma "patrimônio da humanidade"! Essa expressão foi em seguida adotada, em 1997, no primeiro artigo da Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos, na Conferência Geral da Unesco.

Durante o século XX, foi criado um fosso entre as ciências e as letras. As ciências deixaram de ser consideradas como parte integrante do domínio cultural. Uma das razões é a confusão crescente entre a ciência e a tecnologia e a submissão da primeira aos interesses da segunda. Os cientistas são forçados, por exemplo, a explorar comercialmente suas produções, sem consideração pelas consequências dessa opção sobre o conjunto da sociedade.

Mas a seqüência do genoma é uma descoberta, não uma invenção. Como uma montanha ou um curso d'água é um objeto natural que já existe – não antes de nós, naturalmente, mas antes que percebêssemos a sua presença. Para mim, a Terra é um bem comum e mesmo se erigirmos barreiras, é preferível que não pertença a ninguém. Se uma região ganha importância porque sua paisagem é particularmente bela ou porque abriga espécies raras, então sim, é preciso protegê-la enquanto bem comum.

Gene humano não é invenção

Logicamente, debateremos sempre o equilíbrio necessário entre as terras privadas e as públicas; questionaremos sua utilização. Esse problema, quando se fala do genoma humano, é ainda mais acentuado, pois cada um de nós traz em si sua cópia pessoal e única do genoma humano. Mas ninguém pode pretender ser o proprietário de um gene, pois isso significaria que iria deter também um dos meus genes. Ninguém pode dizer "Bom, vamos compartilhar nossos genes", pois cada um de nós tem necessidade de todos os seus genes. A obtenção de uma patente não concede, evidentemente, a propriedade de um gene no sentido estrito; mas a patente confere o direito de impedir os outros de utilizarem esse gene em qualquer atividade comercial.

Na minha opinião, a criação de restrições legais e de direitos de propriedade em torno dos genes deveria ser estritamente limitada à aplicação sobre a qual trabalha o pesquisador, quando se encontra na etapa de invenção. Pois qualquer outro pesquisador poderia se decidir a trabalhar numa aplicação diferente, necessitando do acesso a esse mesmo gene. Ora, não é possível inventar um gene humano. É preciso, então, que o conhecimento sobre genes – sua seqüência, sua função etc –, conserve um caráter pré-competitivo. O sistema de patentes, afinal, não foi criado, em parte, para incitar a concorrência? Além do mais, as aplicações mais indispensáveis de um gene nascem muitas vezes ao fim de longas pesquisas, longe das primeiras utilizações fáceis: não se trata, então, unicamente de uma questão de princípio. (...)

Corrida às patentes

Nos EUA, as orientações referentes à concessão de patentes genéticas foram esclarecidas e, com o objetivo de afastar candidaturas mais especulativas, dão uma definição um pouco mais estrita do termo "utilidade" que empregam – a utilização deve ser "substancial, específica e crível". No entanto, continuam sendo concedidas patentes para seqüências, explicando que elas podem ser utilizadas, por exemplo, como sondas para detectar o gene responsável por uma doença. A recomendação europeia sobre patentes, aprovada pelo Parlamento Europeu em 1998, insiste no fato de que uma seqüência ou um trecho de seqüência só pode ser patenteado como "composição da matéria", uma vez que é recriado *in vitro* – por exemplo, clonado de uma bactéria, que é um dos mé-

todos que utilizamos para o seqüenciamento do genoma humano. Este argumento sempre me pareceu absurdo: a essência de um gene é a informação – a seqüência – e o fato de copiá-la sob um outro formato não muda coisa alguma. É como se pegássemos um livro encadernado, publicássemos o conteúdo sob a forma de um livro de bolso e achássemos que somos seu proprietário porque a encadernação é diferente.

O número de pedidos de patentes para genes (humanos ou não) já ultrapassou meio milhão. Vários milhares de patentes foram concedidos. No entanto, a questão das patentes genéticas permanece complexa e confusa. Nos Estados Unidos, o Departamento de Patentes e de Marcas registradas avalia que a descoberta de um gene é patenteável. E até concedeu, antes da recente reforma, patentes para fragmentos cuja única utilidade era a de "sonda genética". A Agência Européia de Patentes, por sua vez, era mais cética, mas, em 1998, a União Européia decidiu autorizar explicitamente a concessão de patentes para seqüências genéticas. Vários países membros, inclusive a França, opuseram-se à essa orientação. Outros, como a Grã-Bretanha, pensam, ao contrário, que é preciso incentivar uma postura mais liberal sobre as patentes, para que as indústrias européias permaneçam competitivas com as dos Estados Unidos.

A "fusão" da biologia e da química

É ilusório pensar que uma argumentação moral, ou mesmo jurídica, teria permitido, neste período, atingir uma solução justa. Para impedir o desmembramento da seqüência por interesses privados seria preciso torná-la pública: ela obteria assim o estatuto, no jargão dos departamentos de patentes, de "anterioridade" (prior art) e se tornaria, dessa forma, impossível de patentear. É o que o consórcio internacional de laboratórios reunido sob o nome de Projeto Genoma Humano conseguiu fazer com a seqüência bruta. Queremos, agora, erguer a barra ainda mais alta, tornando públicas o máximo de informações, não apenas sobre a seqüência dos genes, mas também sobre suas funções.

Informação deve ser acessível

O futuro da biologia está fortemente ligado aos avanços da bioinformática – a área de pesquisa que visa coletar sob forma digital todos os tipos de dados biológicos, para tentar apreender o vivo em sua globalidade e daí extrair previsões. Permitindo um amplo acesso aos dados, essa disciplina permitirá aos biólogos experimentais integrar seus resultados e reconectá-los aos trabalhos de outros pesquisadores. Para que este empreendimento – apaixonante no plano científico, mas também rico de avanços médicos – possa ir adiante, os dados básicos devem ser acessíveis a todos, para que cada um possa interpretá-los, modificá-los e transmiti-los, a exemplo do modelo de "fontes abertas" para os programas de computador. As questões científicas são complexas demais para serem atacadas de maneira fragmentada, com dados em quantidade limitada e chaves de acesso sempre em poder de uma empresa.

A história do projeto do genoma humano mostra que a ciência financiada pelo dinheiro público é extremamente eficaz porque é intensamente competitiva. Seu sucesso deveria convencer que a opinião, tão ouvida, segundo a qual apenas a indústria está em condições de conduzir pesquisas em grande escala é errônea.

Tradução Fabio de Castro

* Pesquisador em Biologia e fundador do Instituto Sanger, em Cambridge (Grã-Bretanha). O texto publicado nesta edição do *Monde diplomatique* é um trecho de *The Common Thread. A Story of Science, Politics, Ethics and the Human Genome*, escrito com Georgina Ferry, ed. Bantam Press, Londres, 2002.

PRESTAÇÃO DE CONTAS



ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

BALANÇETES - VALORES MENSAIS - 2002

RUBRICAS / MESES	OUT
ATIVO	1.994.794,64
FINANCEIRO	1.744.795,70
DISPONÍVEL	504.793,86
CAIXA	2.068,83
BANCOS	265.294,86
APLICAÇÕES C/ LIQUIDEZ IMEDIATA	237.430,15
REALIZÁVEL	1.240.001,84
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.235.680,51
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.235.680,51
CRÉDITOS A REALIZAR	4.321,33
ADIANTEMENTOS A FUNCIONÁRIOS	2.943,37
ADIANTEMENTOS A FORNECEDORES	842,00
IMPOSTOS E CONTRIB. SOCIAIS A RECUPERAR	0,00
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS	0,00
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	535,96
ATIVO PERMANENTE	249.998,94
IMOBILIZADO	244.341,30
BENS MÓVEIS	77.484,86
BENS IMÓVEIS	197.187,83
REFORMAS EM ANDAMENTO	50.350,38
(-)DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	80.881,77
DIFERIDO	5.657,64
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	9.469,78
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	3.812,14

PASSIVO	1.915.541,01
PASSIVO FINANCEIRO	25.921,15
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	3.612,81
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	1.332,18
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	500,00
CREDORES DIVERSOS	1.780,65
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	22.308,34
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	22.308,34
SALDO PATRIMONIAL	1.889.619,86
ATIVO LÍQUIDO REAL	608.950,40
SUPERAVIT ACUMULADO	1.280.669,46

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS

FOLHA 2

RUBRICAS / MESES	OUT	ACUMULADO
RECEITAS	122.895,22	1.015.516,44
RECEITAS CORRENTES	81.910,21	794.795,73
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	81.910,21	794.795,73
RECEITAS PATRIMONIAIS	28.135,51	183.617,64
RECEITAS FINANCEIRAS	28.135,51	183.576,23
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	0,00	41,41
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais	11.678,10	29.195,40
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	11.678,10	29.195,40
OUTRAS RECEITAS	1.171,40	7.907,67
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	971,40	5.112,93
OUTRAS RECEITAS	200,00	2.794,74
DESPESAS	139.485,78	936.262,81
DESPESAS CORRENTES	139.485,78	936.262,81
DESPESAS COM CUSTEIO	77.778,81	370.857,67
DESPESAS COM PESSOAL	13.417,10	126.380,75
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	53.929,25	147.314,77
DESPESAS DE EXPEDIENTE	7.991,42	65.242,78
DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS	455,04	5.741,81
DESPESAS LEGAIS	0,00	1.026,84
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	391,00	8.190,69
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.224,51	12.671,59
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	339,69	3.977,92
ENCARGOS FINANCEIROS	30,80	310,52
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	39.214,15	353.694,69
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00	13.443,00
DESPESAS COM VIAGENS	17.577,90	110.811,97
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	1.417,18	9.686,16
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	6.059,09	40.719,89
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	14.160,00	165.834,72
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	0,00	13.198,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.492,82	211.710,45
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	18.480,86	172.593,15
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	4.011,96	39.117,30
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	(16.590,56)	79.253,63
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	79.253,63	79.253,63

RUBENS C. V. WEYNE
PRESIDENTE

NINO H. FERREIRA DA SILVA
CONTADOR – CRC/RS Nº 14418

Mayte Raya Amazarray - Psicóloga e mestrandona em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS

LER/Dort e as transformações no mundo do trabalho

As manifestações de LER/Dort e suas relações com a organização do trabalho no âmbito do serviço público

Os tempos atuais se caracterizam por profundas transformações no modo de vida, relacionadas com fatores como globalização, automação, degradação ambiental e da qualidade de vida, crescente concentração do poder político/econômico e violência sob múltiplas formas. No mundo do trabalho, essas transformações se expressam em modos de viver produzidos socialmente que modulam o corpo dos homens e das mulheres. Embora o processo saúde/doença dos trabalhadores não seja determinado apenas no espaço de trabalho, não se discute a importância dos riscos aí gerados. Condições de trabalho inadequadas, insalubridade, violência das relações de trabalho e suas formas organizativas estão relacionadas com danos à saúde, que se apresentam como sofrimento psíquico, doenças profissionais e acidentes de trabalho.

O mundo do trabalho continua a apresentar muitos problemas, como desemprego, intensificação e precarização. Bresciani (1999) salienta que apenas uma pequena parcela de trabalhadores tem sido privilegiada com um conteúdo de trabalho mais rico e com modos de gestão efetivamente mais participativos. Neste cenário, a LER/Dort apresenta-se como uma verdadeira epidemia, que vem adquirindo importância por sua presença constante e progressiva em diferentes ramos de atividades, inclusive no serviço público, atingindo, principalmente, trabalhadores jovens e mulheres. Atualmente, é a principal causa de afastamento do trabalho, constituindo-se em um grave problema de saúde pública. No Brasil, a LER/Dort ocupou o primeiro lugar em número de atendimentos (70,6%) entre as doenças profissionais no ano de 1995 (Lima & Lima, 1997).

Apesar de sua gravidade e do grande número de estudos realizados, ainda não existe um consenso sobre as causas da LER/Dort e, consequentemente, sobre as formas mais eficazes de prevenção. Dentre os fatores associados à origem da LER/Dort, a literatura tem apontado, além das condições de trabalho, a importância das suas formas organizativas, que se expressam nos modos de gestão (Merlo, 1999). Os estudos têm priorizado a análise dos modos de gestão taylorista/forrista e dos modos baseados na excelência, enquanto outros modos de gestão, como o tecnoburocrático, não têm recebido a mesma atenção – o que pode contribuir para um panorama de invisibilidade e subnotificação da LER/Dort neste setor. O modelo tecnoburocrático está presente em uma diversidade de organizações, mas predomina nas administrações públicas, que empregam um expressivo contingente de trabalhadores.

Nesse sentido, foi realizado um estudo de caso entre os servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o objetivo de analisar as especificidades das manifestações de LER/Dort entre os servidores associadas ao modo de gestão tecnoburocrático. Foi feito um levantamento das doenças osteomusculares dos servidores técnico-administrativos, no ano de 2000 e primeiro semestre de 2001, junto ao órgão encarregado da perícia médica e da notificação das doenças e acidentes em serviço.

Procedeu-se uma análise dos prontuários destes servidores, identificando dados como sexo, idade, categoria funcional, setor de trabalho, diagnóstico segundo o Código Internacional de Doenças (CID), tempo de afastamento, laudos e exames anexados. Os registros dos

atendimentos computam 185 servidores atendidos por distúrbios osteomusculares. Deste universo, 64 servidores (40 mulheres e 24 homens) apresentam provável diagnóstico de LER/Dort. A maioria dos servidores acometidos por estas enfermidades é relativamente jovem, pois 65% encontra-se na faixa dos 31 aos 50 anos. A distribuição por nível dos cargos apresenta-se de maneira heterogênea, sendo 53% de nível auxiliar, 38% de nível intermediário e apenas 9% de nível superior.

As categorias profissionais atendidas abrangem áreas diversificadas, como limpeza, cozinha, manutenção, vigilância e áreas administrativas. Embora 64 (34,5%) dos servidores atendidos no período estudado apresentem alterações osteomusculares muito provavelmente oriundas do cotidiano laboral, somente 2% foram notificados. Esta pesquisa constata que a LER/Dort é um problema significativo na instituição, embora o diagnóstico como doença do trabalho seja pouco frequente. A subnotificação é um elemento que contribui para a invisibilidade social do adoecimento no trabalho, bem como para a culpabilização e sofrimento entre os trabalhadores que adoecem.

O estudo de caso foi complementado com informações a partir de contatos com órgãos ligados à saúde do trabalhador, como o Dacom, as COSATs e o GT-Saúde da ASSUFRGS. Também foram realizadas entrevistas, a partir da identificação dos servidores cujos diagnósticos apontavam para a inclusão de suas patologias como LER/Dort, a fim de captar o significado atribuído ao processo de adoecimento e suas relações com o cotidiano de trabalho.

Este estudo revela que a maneira como se produz o adoecimento por LER/Dort neste órgão público é muito semelhante aos modos de adoecer que os estudos e as pesquisas têm apontado a respeito das instituições em geral e das empresas privadas. Assim, a trajetória dos servidores portadores de LER/Dort entrevistados é muito semelhante aos casos descritos pela literatura. O histórico dos sintomas é antigo entre todos os entrevistados, variando entre sete e treze anos. Os quadros clínicos se caracterizam por diversas patologias referentes ao adoecimento do sistema músculo-esquelético, em geral conjugadas, e encontram-se em estágio avançado e crônico.

Além disso, é comum que as pessoas continuem trabalhando apesar de sentirem dores. A fim de não interromper a rotina de trabalho, costumam recorrer a medicamentos para o alívio dos sintomas, como analgésicos, ou então a negociações informais com a chefia que incidem sobre redução de carga horária, diminuição do ritmo de trabalho, mudança de função, etc. Em outros casos, a rigidez da organização de trabalho e a possibilidade de ser colocado à disposição do setor de recursos humanos aparecem como razões da permanência na mesma função, apesar da sintomatologia. As pessoas recorrem, individualmente, a tratamentos diversificados, oferecidos por serviços externos à instituição (fisioterapia, medicação, cirurgia), buscando uma melhora da qualidade de vida, visto que a dor crônica decorrente da LER/Dort traz limitações físicas importantes e pode levar à incapacidade permanente. A doença é concebida como uma propriedade do indivíduo, cabendo a ele a busca de tratamento.

Constatam-se, também, estratégias individualiza-

das para lidar com a doença no cotidiano de trabalho: mudanças posturais, pausas no decorrer da jornada, ginástica, alongamento. Estes aspectos não constituem estratégias organizacionais para administrar o problema da LER/Dort; são alternativas encontradas individualmente pelos servidores no percurso de seu adoecimento. Uma exceção de estratégia organizacional seria a readaptação funcional – um encaminhamento que parece estar trazendo bons resultados, na medida em que as queixas dos servidores diminuíram significativamente, evitando-se a aposentadoria precoce. Ainda assim, as readaptações funcionais são restritas, dadas as exigências jurídicas necessárias para sua realização.

Os servidores entrevistados referem-se à LER/Dort como uma doença com muitas causas, entre elas o trabalho e o modo de ser. Os servidores identificam as condições e os elementos da organização do trabalho, bem como os esforços e os movimentos repetitivos relacionados com o desenvolvimento da LER/Dort. Exemplifica-se com o depoimento de Júlia, assistente em administração que apresenta sintomas ligados à LER/Dort desde o final da década de 80:

"Eu acho (que adoeci) pelo trabalho excessivo, pela cobrança excessiva e um ambiente de trabalho assim tudo pra ontem. A gente sempre trabalhava, a pessoa sempre queria de imediato. Muito imediatismo nas tarefas a serem exercidas, sabe, então dava uma sobre-carga... Muito se fala que o funcionário é relapso, que o funcionário público só traz o casquinha e deixa na cadeira. Eu me divirto, porque eu trabalhava oito horas a fio, sempre trabalhei. Só que hoje, eu fico tão indignada por causa dessa doença, que não passa nunca, que eu digo por que que eu não fui uma relapsa, por que que eu sempre trabalhei...."

Constata-se, portanto, que o serviço público não está "imune" à epidemia de LER/Dort. Contrariando os estigmas socialmente construídos sobre o serviço público ("o funcionário é relapso... só traz o casquinha e deixa na cadeira"), as trajetórias dos servidores entrevistados revelam que os controles nem sempre são flexíveis como supõe o estereótipo. O cotidiano de trabalho é marcado por articulações de saber/poder, que se expressam nas relações de trabalho entre as diferentes categorias profissionais que compõem o quadro funcional da instituição, e se refletem nas múltiplas formas de cobrança, reconhecimento e valorização profissional.

Vale ressaltar que, para compreender a manifestação da LER/Dort, deve-se tomar como unidade de análise a relação trabalhador-trabalho e não apenas o trabalhador ou somente o trabalho. A doença é resultado de um determinado encontro: as diferenças subjetivas existem, e manifestam-se contra determinada organização do trabalho. Conforme Sato et al., 1993, a LER/Dort é uma dessas manifestações contra modos de gestão que desconsideram a variabilidade humana, esquecendo o trabalhador como um sujeito que possui desejos, expectativas, potencialidades e ritmos próprios.

Os servidores entrevistados apontam a falta de informação sobre a LER/Dort como um dos fatores que contribuiu para a dificuldade de identificar a doença. Diante disso, torna-se imprescindível a realização de campanhas preventivas, assim como de programas voltados ao acompanhamento dos servidores que apresentam estas patologias.



As memórias de Gabo

Gabo e eu estávamos na cidade de Bogotá no triste dia 9 de abril de 1948 em que mataram Gaitán. Tínhamos a mesma idade: 21 anos; fomos testemunhas dos mesmos acontecimentos, ambos estudávamos a mesma carreira: Direito. Ao menos era o que achávamos os dois. Nenhum tinha notícias do outro. Não conhecíamos ninguém, nem sequer nós mesmos.

Quase meio século depois, Gabo e eu conversávamos, nas vésperas de uma viagem a Bíran, o lugar, no leste de Cuba, onde nasci na madrugada do dia 13 de agosto de 1926. O encontro tinha clima das ocasiões íntimas, familiares, onde costumam impor-se lembranças e efusivas evocações, em um ambiente que compartilhávamos com um grupo de amigos de Gabo e alguns companheiros dirigentes da Revolução.

Naquela noite de nosso diálogo, repassava as imagens gravadas na memória: "Mataram o Gaitán!", repetiam-se os gritos do dia 9 de abril em Bogotá, onde havíamos, um grupo de jovens cubanos, viajado para organizar um congresso latino-americano de estudantes. Entretanto permanecia perplexo e detido, o povo arrastava o assassino pelas ruas, uma multidão incendiava lojas, escritórios, cinemas e residências. Alguns levavam pianos e armários em macas de um lado a outro. Alguém quebrava espelhos. Outros jogavam coisas contra bancas de jornais e vitrines. Os que estavam mais para lá vociferavam sua frustração e sua dor desde a entrada da rua, às floreiras e às paredes fumegantes. Um homem descarregava dando golpes numa máquina de escrever, e para poupar o esforço descomunal e insólito, jogou-a para cima ficando em pedaços ao cair contra o piso de cimento.

Enquanto eu falava, Gabo escutava e provavelmente confirmava aquela certeza sua de que na América Latina e no Caribe os escritores tinham de inventar muito pouco, porque a realidade superava qualquer história imaginada, e talvez seu problema tenha sido o de fazer sua realidade acreditável. O caso é que, com o relato quase concluído, descobri que Gabo também estava lá e percebi a reveladora coincidência: possivelmente havíamos percorrido as mesmas ruas e vivido as mesmas aflições, assombros e ímpetos que me levaram a ser mais um naquele rio subitamente transbordado da serra. Fiz a pergunta com a curiosidade empoderada de sempre. "E tu, o que fazia durante o Bogotazo?", e ele, imperturbável, entrincheirado em sua imaginação surpreendente, vivaz, desobediente e excepcional, respondeu corpulento, sorridente e criativo com a naturalidade de suas metáforas: "Fidel,

eu era aquele homem da máquina de escrever".

Conheço Gabo há muito tempo, a

primeira vez pode ter sido em qualquer um desses instantes ou territórios da frondosa literatura poética garciamarquiana. Como ele mesmo confessou, levou sobre sua consciência haver-me iniciado e mantido-me em dia na "adição dos best-sellers de consumo rápido, como método de purificação contra os documentos oficiais". Ao que havia de acrescentar em sua responsabilidade ao me convercer que, não só, em minha reencarnação eu queria ser escritor, mas que queria ser como Gabriel García Marquez, com este obstinado e persistente detalhismo em que apóia como numa pedra filosofal toda a credibilidade de seus deslumbrantes exageros. Em uma oportunidade chegou a afirmar que eu havia tomado 18 bolas de sorvete, o qual, como é de se supor, protestei com a maior energia possível.

Me lembrei depois que quando li no texto preliminar de "Del amor y otros demonios" um homem que passeava em seu cavalo de onze meses, sugeri ao autor: "Olha, Gabo, acrescente mais uns três anos a este cavalo, porque um de onze meses é um potrinho". Depois, ao ler a novela impressa, ele lembrou a Abrenuncio Sa Pereira Cao, a quem Gabo reconhece como o médico mais notá-

vel e controvérsio da cidade de Cartagena de Indias, nos tempos da narração.

Na novela, o homem chora sentado numa pedra do caminho junto ao seu cavalo que em outubro faz cem anos e em uma ladeira lhe dilacerou o coração. Gabo, como era de se esperar, converteu a idade do animal em uma prodigiosa circunstância, em um sucesso incrível de inobjetável veracidade. Sua literatura é a prova de fé de sua sensibilidade e adesão irrenunciável às origens, de sua inspiração latinoamericana e lealdade à verdade de seu pensamento progressista.

Compartilho com ele uma teoria escandalosa, provavelmente sacrílega para academias e doutores em letras, sobre a relatividade das palavras do idioma, e o faço com a mesma intensidade com que sintetizo fascinação pelos dicionários, principalmente àquele que me presentei quando fiz 70 anos, e é uma verdadeira jóia porque apresenta frases célebres da literatura hispanoamericana à definição das palavras, exemplos de bom uso do vocabulário.

Também, como homem público obrigado a escrever discursos e narrar feitos, coincido com o ilustre escritor no deleite pela busca da palavra exata, uma espécie de obsessão compartilhada e inesgotável enquanto a frase não fica ao meu gosto, fiel ao sentimento ou a idéia que desejamos expressar e acreditando que sempre se pode melhorar. O admirador sobretudo quando, ao não existir esta palavra exata, tranquilamente a invente. Como invejo esta sua licença!

Agora Gabo me aparece com a publicação de sua autobiografia, é dizer a novela de suas memórias, uma obra, que imagino de nostalgia pelo trovão das quatro da tarde, que era o instante de relâmpago e magia que sua mãe Luisa Santiago Márquez Igúarán fazia perto de Aracataca, a aldeia de torrenciais aguaceiros eternos, hábitos de alquimia e telégrafos e amores turbulentos e sensacionais que povoaram Macondo, o pequeno povoado das páginas de "Cem anos de Solidão" com toda a população encantada de Aracataca.

De Gabo sempre me chegam cartas ainda de preparação, em um gesto generoso e de sensibilidade com que sempre me envia, como envia a outros a quem muito aprecia, os colaboradores de seus livros, como prova de nossa velha e íntima amizade.

Esta vez Gabo faz uma entrega de si mesmo com sinceridade, alvura e veemência, que o revelam como o que é, um homem com bondade de menino e talento cósmico, um homem de futuro, temos de agradecer por termos vivido esta vida para contá-la.

Especial de Prensa Latina para La Republica en Uruguay, Octubre de 2002

O RELHA



**Drummond
Poesia e Experiência**
Ivete Lara Camargos Waltz;
Maria Zilda Ferreira Cury
(orgs.)

Professoras e experientes pesquisadoras da literatura brasileira trazem um conjunto de textos de renomados escritores e críticos literários para comemorar, com a sociedade brasileira, o centenário de nascimento de Carlos Drummond de Andrade. Autentica Editora, 191p. R\$ 23,00.



**Tempos Interessantes
Uma Vida no Século XX**
Eric Jr. Hobsbawm

Autobiografia de Eric Hobsbawm que coincide com a história do século XX. O historiador examina sua trajetória pessoal sem perder de vista as perspectivas históricas de seu tempo. A análise começa nos anos 20 e vai até o fim da guerra fria. Destaque para as reflexões feitas sobre a América Latina. Companhia das Letras, 472p. R\$ 34,00.



**O Homem
Duplicado**

José Saramago
Um homem descobre que tem um sósia, um retrato fiel de si mesmo, com o mesmo rosto, a mesma voz e o mesmo corpo. A procura pela "cópia" desencadeia uma análise sobre a identidade do ser humano na sociedade moderna. Companhia das Letras, 316p. R\$ 26,00.

WWW

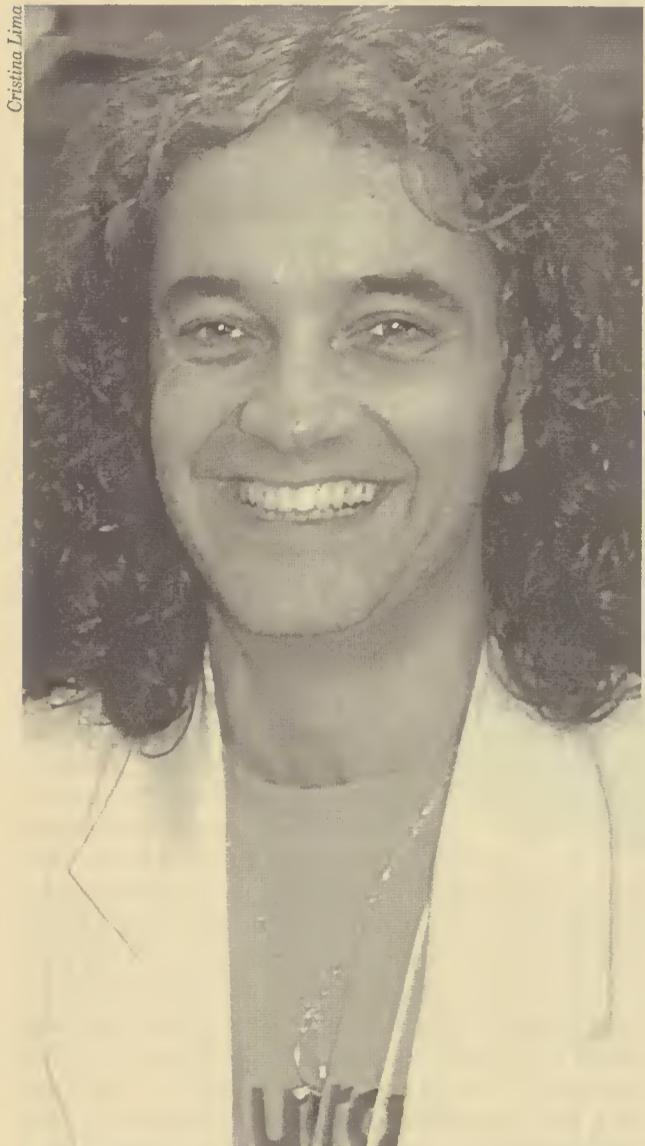
Cinema Brasileiro

www.adorocinemabrasileiro.com.br
Banco de dados sobre filmes brasileiros com muitas informações, matérias e notícias.

Software Livre

www.pontobr.org
Sítio sobre software livre com notícias, links, downloads e informações muito completas. Cadastro de usuários.

"O projeto SL não é do governo, mas da sociedade gaúcha"



Branco: "o Fórum Internacional de SL, que nós realizamos nos três últimos anos, é o maior do mundo"

AD verso - Qual a situação do software livre no Rio Grande do Sul?

Marcelo Branco - O projeto SL Rio Grande do Sul iniciou-se em 1999, numa iniciativa do governo do Estado num primeiro momento, mas que hoje incorpora entidades públicas e privadas. Além do governo do Estado, todas as universidades do RS fazem parte deste projeto, inclusive a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), além de empresas públicas como o Banrisul, Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre (Procempa) e Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (Procergs) e empresas privadas. Também participam muitos empresários que vêm o SL como forma de ganhar dinheiro em seu dia-a-dia.

Adverso - Que lugar o Rio Grande do Sul ocupa em relação ao restante do Brasil em se tratando de software livre?

Branco - Várias iniciativas transformaram o Rio Grande do Sul hoje em uma referência internacional, em SL. A principal iniciativa que posso citar é o Fórum Internacional de SL, que nós realizamos nos três últimos anos e que é o maior do mundo. Ele não é uma feira comercial, mas um espaço onde são discutidas políticas governamentais para o SL, com os hackers e grupos de usuários, além de apresentar soluções já desenvolvidas e fazer discussões mais técnicas de assunto que interessam mais aos hackers. Outras iniciativas importantes na área governamental que eu posso citar são a Rede Escolar Livre, um projeto coordenado por

Considerado um oásis do software livre, o Rio Grande do Sul hoje exporta a filosofia SL para o Brasil e é uma referência internacional neste tipo de programas de computador. Mas muita coisa pode mudar. Com a derrota do governo da frente popular nas últimas eleições, o SL tem um futuro incerto, pelo menos por aqui. Em nível federal a vitória de Lula traz a expectativa de implementação de um grande projeto de SL para todo o País. O coordenador da divisão de informática da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (Uergs) e integrante da coordenação do projeto Software Livre do Rio Grande do Sul (SL-RS), Marcelo Branco, em entrevista ao Adverso, dá um panorama do futuro desses programas, ante o assédio da Microsoft no Brasil.

Pedro Gusmão e Jéferson Assumção

Mario Teza, vice-presidente de Procergs, e que tem como proposta informatizar 2.100 escolas públicas de 1º e 2º Graus, totalmente baseadas em uma plataforma livre. Disponibilizará, além de acesso à internet, ferramentas de escritório, desenvolvimento de sites, correio eletrônico, tudo baseado em softwares livres. O custo para aquisição dos softwares proprietários por escola seria de R\$ 50 mil, e com a tecnologia livre este custo é zero. Então o Estado do RS, com a Rede Escolar Livre, fará uma economia de R\$ 40 milhões. Também na Procergs foi o desenvolvimento do Direto, um correio eletrônico, agenda e catálogo, equivalente ao Outlook da Microsoft, que é livre, implantado gradativamente no governo do Estado do RS e que hoje já é usado por várias empresas privadas e pelo próprio Exército Brasileiro. No terreno de implantação para usuário final o maior êxito é aqui na Uergs, que é totalmente baseada em SL. São 750 computadores espalhados entre 22 unidades do Estado. Somos a primeira universidade do mundo completamente livre. Por fim, tem o Banrisul, que depois da Uergs foi a instituição que mais ousou, apostando em SL e dando assim uma credibilidade que é importante para o futuro do SL. Então, dá para dizer que aquela nossa expectativa inicial de transformar o Rio Grande do Sul numa referência no uso e no desenvolvimento de SL, a gente conseguiu completar. Só que

**"Só com a Rede Escolar
Livre fará uma economia
de R\$ 40 milhões"**

obviamente o governo do Estado não roda com SL, então temos de ter iniciativa para que, no próximo governo, possamos continuar com este trabalho e conseguir mudar a plataforma para SL.

Adverso - Qual o futuro do software livre no Rio Grande do Sul, com a mudança de governo?

Branco - O projeto SL-RS não é do governo. Apesar de terem acontecido algumas confusões por parte do próprio governo nisso, é um projeto da sociedade gaúcha, portanto nós o continuaremos independente do governo da situação. No entanto, o próximo governo terá um peso importante para nós. Se assumir a política de SL, será um avanço, mas se não, será um aspecto negativo para nós. Por enquanto não temos uma definição, mas obviamente vamos convidar o próximo governo a manter uma participação no projeto e que continue contribuindo, avançando e principalmente fazendo o seu serviço de casa que eu acho que é onde nós temos ainda nosso maior desafio.

Adverso - E como estão as relações com os países da América Latina que têm projetos de SL?

Branco - Nós, recentemente, criamos um fundação chamada Hipatia, www.hipatia.info, que tem como objetivo congregar grupos de usuários e militantes do movimento SL, deste âmbito latino-americano e caribenho. Através dela foram feitas diversas atividades no Fórum Social da Argentina, no Fórum Social do Uruguai e no Fórum Social Mundial da Europa. Então nós estamos bem articulados internacionalmente. Além disso têm iniciativas da Unesco neste campo, como o consórcio de desenvolvedores de que a gente participa mas, principalmente, a força do movimento SL está nos movimentos autônomos: os grupos de usuários, os grupos de hackers, os grupos de desenvolvedores e nas nossas universidades. Sem isso o projeto não existiria. Então, o governo do Rio Grande do Sul foi um elemento importante porque ele conseguiu agragar todas as forças que estavam dispersas e dar visibilidade para o processo.

Adverso - E com o governo Lula, o que poderá mudar em termos de software livre no Brasil?

Branco - Nós da comunidade SL temos uma grande expectativa em relação ao governo Lula, na medida que, principalmente pelo êxito que tivemos no Rio Grande, temos um desejo muito forte de estender este projeto ao resto do Brasil. Entendemos que o Partido dos Trabalhadores tem uma política voltada para o SL. Eu já estive com o senador Cristovão Buarque (PT), uma pessoa importante nessa área, e ele achou muito interessante a idéia de termos um projeto de SL para o Brasil.

Adverso - O presidente da Microsoft, Bill Gates, pediu uma audiência com Lula. Isso representa medo?

Branco - Exatamente. Este pedido de audiência foi uma atitude tomada já prevendo o que poderia acontecer com os softwares da Microsoft no possível governo Lula. O Brasil exporta em royalties um bilhão de dólares anuais em licenças de software, o dobro do orçamento anual do Ministério de Ciências e Tecnologia, só para dar uma idéia. Para cada computador no Brasil que tenha uma licença de Windows e Oficce o país precisa exportar 60 sacas de soja. Isso para um computador. Imagine 100, 1000 ou um milhões deles. Então uma boa parte das nossas exportações hoje é consumida pela utilização de softwares proprietários e o Bill Gates ganha muito dinheiro com isso. Obviamente ele irá tentar manter a sua posição vantajosa com o novo governo. Nós já tomamos uma iniciativa. Fomos a Brasília para convidar o presidente eleito para se encontrar também com as principais lideranças em SL no mundo, mostrando assim as duas faces da moeda e equilibrando esta relação. Mas independente disso, eu acho que faz parte das funções de um chefe de estado, receber e ouvir qualquer empresário e o que ele tem a oferecer ao Brasil.